

Setor público superou em outubro meta de superávit fiscal do ano

Mônica Izaguirre
De Brasília

O superávit primário de R\$ 6,28 bilhões obtido em outubro permitiu ao setor público cumprir em dez meses — e com folga — a meta prevista para todo o ano de 2002 no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Excluídos gastos com juros e correção sobre dívida, a diferença entre receitas e despesas atingiu R\$ 53,9 bilhões até mês passado, R\$ 3,6 bilhões acima do mínimo de R\$ 50,3 bilhões exigido para o ano.

Com o recuo da taxa de câmbio, o superávit de outubro permitiu ainda uma queda da dívida líquida do setor. Depois de ter alcançado 63,6% do Produto Interno Bruto (PIB) ou R\$ 885,19 bilhões em setembro, o estoque do endividamento líquido da União, Estados, municípios e estatais caiu para R\$ 866,21 bilhões e fechou outubro em 59,9% do PIB.

Se a cotação do dólar fechar este mês em R\$ 3,58 ou abaixo disso, já em novembro haverá novo recuo desta relação, para 58% ou menos, antecipou o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, ao anunciar o resultado mensal das contas do setor público. Baseado na expectativa de que o dólar recuará ainda mais até dezembro, para o encerramento do ano, Lopes projeta 57% do PIB.

A recuperação do real perante o dólar no mês passado produziu um impacto redutor de R\$ 27,83 bilhões



no saldo da dívida líquida, revertendo parcialmente o efeito provocado pela disparada do dólar nos meses anteriores. Mas, mesmo tendo diminuído, o estrago causado pelo câmbio no acumulado do ano ainda é enorme, pois contribuiu para aumentar o endividamento público em R\$ 159,18 bilhões. Nesses mesmos dez meses, o saldo da dívida cresceu no total R\$ 205,34 bilhões. Até setembro, a conta do impacto da variação cambial este ano estava em R\$ 186,95 bilhões e a elevação total do saldo, em R\$ 224,32 bilhões. O sobe-e-desce do dólar influencia o endividamento público porque cerca de metade dele é vinculado à moeda norte-americana (títulos cambiais e dívida externa).

Em outubro, a dívida líquida não caiu mais porque a conta de juros do setor público foi a mais pesada do ano, chegando a R\$ 14,56 bilhões e

fazendo com que, no conceito nominal de resultado, as contas do setor público fossem deficitárias em R\$ 8,28 bilhões no mês. Em setembro, ela já tinha sido de R\$ 11,76 bilhões. Lopes explicou que a elevação das despesas com juros em outubro deve-se, principalmente, à elevação da taxa básica pelo Comitê de Política Monetária, de 18% para 21% ao ano. Como em novembro a taxa subiu de novo, para 22% anuais, não se espera redução de gastos com juros.

A elevação dos índices de inflação também contribuiu, porém, muito mais para a elevação das dívidas entre Estados e União, que não entram no saldo líquido do setor como um todo. A dívida referente ao refinanciamento dado pelo Tesouro Nacional aos Estados no âmbito da Lei 9.496/97, por exemplo, saltou de R\$ 168,34 bilhões para R\$ 173,56 bilhões num único mês.

Medido em 12 meses, o superávit primário que vem evitando um aumento maior da dívida pública atingiu R\$ 53,58 bilhões em outubro a preços correntes. A preços corrigidos (critério usado pelo BC para fazer a comparação do PIB), o superávit primário em 12 meses atingiu R\$ 58,57 bilhões ou 4,13% do PIB estimado pelo BC para o período (novembro de 2001 a outubro de 2002). Isso significa que também em relação ao PIB a meta fixada pelo governo para 2002 deve ser cumprida, pois é de 3,88% do produto. O que vale para efeitos do acordo com o FMI, no entanto, é a meta em reais.

Os números divulgados ontem pelo BC mostram ainda que, em outubro, a participação das empresas estatais federais na geração do superávit primário do setor público foi bem inferior à de setembro. Desta vez, este segmento, representado basicamente pela Petrobrás, contribuiu com apenas R\$ 377 milhões. Em setembro, de um superávit total de R\$ 10,25 bilhões, as empresas de controle da União responderam por R\$ 3,03 bilhões. A queda do resultado primário das estatais em outubro deve-se basicamente à queda de disponibilidades financeiras da Petrobrás no país em função do pagamento de compras de petróleo no exterior, explicou Lopes.

Como tem sido sempre, o superávit primário de R\$ 6,28 bilhões obtido no mês de outubro foi gerado principalmente no âmbito do governo federal — que, desde a fase do orçamento, programa suas despesas em níveis inferiores às receitas esperadas justamente para haver sobra. Incluído o resultado negativo da Previdência Social, o governo central fez um superávit de R\$ 4,31 bilhões em outubro. O valor é diferente do divulgado pelo Tesouro anteontem porque o BC usa o conceito de competência e não de caixa. A adoção de conceitos diferente faz com que uma mesma despesa seja considerada pelo BC em um mês diferente do considerado pelo Tesouro. Ao longo do tempo, no entanto, os números batem. Para efeitos de acordo com o FMI, interessa o número do BC para todo o setor público.